

A relevância das políticas públicas culturais de base comunitária na acessibilidade cultural para pessoas com deficiência

Patrícia Silva Dorneles¹
Claudia Reinoso Araujo de Carvalho²

The relevance of community-based cultural public policies for cultural accessibility for people with disabilities

Introdução

No Brasil, o direito à participação plena na sociedade vem sendo conquistado aos poucos pelas pessoas com deficiência, grande parte em decorrência das mudanças na compreensão das pessoas sobre elas, o que tem a ver com a luta dos movimentos sociais na reivindicação sobre seus direitos, com o desenvolvimento da legislação a respeito da acessibilidade e inclusão e principalmente com a implementação crescente das políticas públicas na área. No entanto, o país ainda tem muito a avançar nessa pauta.

No decorrer das transições históricas, modificou-se o pensamento coletivo sobre as concepções de deficiência, mas, ainda hoje existem pensamentos preconceituosos, bem como persistem barreiras urbanísticas, atitudinais e arquitetônicas que dificultam a participação das pessoas com deficiência na sociedade (Macgahan *et al.*, 2021).

O modelo de rejeição à pessoa com deficiência ocorreu da antiguidade até o século 19. Para os estudiosos, este modelo foi considerado como a dita “etapa da exclusão”. O modelo assistencialista iniciou-se a partir de 1910, e foi marcado pela característica da institucionalização e considerado como uma “etapa da segregação”, na qual as pessoas com deficiência eram retiradas de suas casas e comunidades de origem e segregadas em instituições residenciais ou escolares, geralmente por instituições sustentada por ações assistencialistas e casas de caridade, onde ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade; fosse a título de proteção, tratamento ou processo educacional. A partir dos anos 40, iniciou-se o modelo médico da deficiência, caracterizado como sendo um período considerado como “etapa da integração”, no qual surgiram os atendimentos nos serviços públicos e particulares de reabilitação física e profissional (Aranha 2001; Dorneles *et al.*, 2018).

De forma estruturante para a etapa da inclusão e como resultado do movimento de luta das próprias pessoas com deficiência, desenvolveu-se, no Reino Unido e nos Estados Unidos, nos anos de 1960 e 1970, a chamada “Teoria Social da Deficiência”. Um intelectual importante na constituição desta perspectiva foi o sociólogo e deficiente físico Paul Hunt, que baseado nos conceitos de estigma de Goffman, apontou a necessidade de se constituir um olhar sobre a deficiência a partir de uma perspectiva sociológica. Goffman (1982, p.11 e 12) aponta que “a

¹ Doutorado; Universidade Federal do Rio de Janeiro; <https://orcid.org/0000-0003-3440-7549>, patriciadorneles@medicina.ufrj.br

² Doutorado; Universidade Federal do Rio de Janeiro; <https://orcid.org/0000-0003-4105-9191>, claudiareinoso@medicina.ufrj.br

sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Assim, o estranho que se apresenta com atributos que o torna diferente dos outros é incluído em categorias que faz com que este diferente se torne menos desejável e seja desconsiderado como um sujeito comum. É esta desvantagem que, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele é também considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (Goffman, 1982, p. 12). A Teoria Social da Deficiência deslocou o foco, até então centrado no sujeito, para a opressão social por meio das barreiras tanto atitudinais quanto arquitetônicas (Dorneles *et al.*, 2018).

O modelo social, caracteriza a deficiência como um fenômeno sociopolítico: as desvantagens não resultam da lesão, mas do cenário social e das incapacidades sociopolíticas de lidar com a deficiência. A resposta, nesse modelo, não pode ser exclusivamente médica, demandando ações políticas e intervenção do Estado (Leão & Lima, 2011). A partir de 1990, a perspectiva feminista tensiona o modelo social da deficiência acrescentando novas questões, problematizando a necessidade de discutir o princípio da igualdade, interdependência e a ética do cuidado; inaugurando na relação dos campos teóricos gênero e deficiência novas reflexões sobre constituição do sujeito, saberes subjugados, justiça social e ações coletivas (Gomes *et al.*, 2019). A interseccionalidade e a deficiência como categoria de análise, tem potencial político significativo para se avançar na agenda do direito cultural da pessoa com deficiência.

No Brasil, observa-se a força dos tratados internacionais, que auxiliam os cursos dos movimentos sociais locais. Desta forma, os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos-ONU-, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em outubro de 2005, ratificada pelo Congresso Nacional brasileiro e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) foram determinantes para as conquistas legais das pessoas com deficiência no Brasil.

Especificamente acerca da pauta do direito cultural das pessoas com deficiência, é importante destacar movimento “Artes sem Barreiras”, que, nos anos de 1990, reuniu um grupo de artistas e profissionais com ou sem deficiência, das áreas das artes em geral, constituindo um trabalho articulado em rede nacional de forma voluntária com o objetivo de mapear iniciativas e produções artísticas para articular fomento, difusão e qualificação profissional dos grupos e indivíduos envolvidos com o direito cultural das pessoas com deficiência. A rede inicialmente foi fomentada a partir da Fundação Nacional das Artes – FUNARTE/RJ e da associação Very Special Arts/Brasil, constituindo o desenvolvimento do Programa Artes sem Barreiras. O programa deixou um legado cultural e artístico para a diversidade da cultura brasileira, identificado na contribuição da produção estética e artística das pessoas com deficiência nas políticas culturais (Dorneles; Carvalho & Mefano, 2018).

Em agosto de 2008, a Oficina Nacional de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência denominada “Nada sobre nós sem Nós” tornou-se um marco importante na pauta da acessibilidade cultural para esta população. O nome sugerido pelos colaboradores do projeto, fez referência ao lema de luta do movimento internacional das pessoas com deficiência. A oficina foi constituída por um trabalho participativo que reuniu 60 convidados entre colaboradores representantes da sociedade civil e instituições que tinham expertise na temática. A oficina foi realizada em três dias. No primeiro dia foi realizado um seminário provocativo que aqueceu as discussões para os grupos de trabalho – GTs, que ocorreram nos dois dias seguintes. Os resultados do Grupo de Trabalho de acessibilidade, difusão, fomento, patrimônio da produção estética, artística e cultural para pessoas com deficiência, estruturaram as primeiras iniciativas de ações e diretrizes para a política nacional de cultura. A partir da nota técnica 001/2009 inicia-se as primeiras ações de institucionalização da pauta do direito cultural das pessoas com deficiência na política pública nacional de cultura. Entre elas, pode-se destacar as diferentes instruções normativas da Lei Rouanet que exigem acessibilidade, o fomento da difusão da produção do cinema nacional com filmes com audiodescrição no projeto Programadora Brasil

(2010) da Secretaria do Audiovisual do então Ministério da Cultura -MinC. A iniciativa da Secretaria do Livro e Leitura (2010) do MinC com a organização do terceiro setor Mais Diferenças/SP proporcionou uma experiência de sensibilização e capacitação para bibliotecas de todos o território nacional selecionadas em edital. A meta 29 do Plano Nacional de Cultura – PNC, do qual aponta como desafios das políticas culturais no sentido de atender a demanda de acessibilizar 100% das bibliotecas públicas no país, assim como outros espaços, ambientes e instituições culturais; também é resultado da Oficina “Nada sobre Nós sem Nós” realizada em 2008. As metas do PNC estão disponíveis em página eletrônica, onde é possível acompanhar as diferentes iniciativas que contemplam a meta 29.

O Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC) e o Encontro Nacional de Acessibilidade (ENAC), ambos desenvolvidos pelo Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde – LACAS do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ com o apoio do MiNC, através da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural -SCDC entre 2013 a 2019, tem sido um instrumento significativo para a implementação da política pública de acessibilidade cultural. Desenvolvidos na perspectiva da metodologia da implicação, ambas iniciativas têm auxiliado na construção do fortalecimento da pauta da promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência. Nos ENAC destaca-se a realização da I Conferência Livre de Acessibilidade Cultural realizada em 2013 que apresentou 90 propostas para a III Conferência Nacional de Cultura. Como resultado desta mobilização destacam-se as metas 3.18 e 3.11 que atuam na promoção do direito cultural das pessoas com deficiência.

Capital Cultural e Pessoas com Deficiência

Estudiosos da população com deficiência têm destacado a existência de um círculo vicioso entre a pobreza e a deficiência. As pessoas pobres têm maior risco de adquirir uma deficiência devido à falta de acesso à boa alimentação, aos serviços de saúde, saneamento, etc (Dorneles; Carvalho & MEFANO, 2018).

Em todos os países, grupos vulneráveis, como mulheres, pessoas no limiar de pobreza extrema, e pessoas idosas apresentaram incidências superiores de deficiência. Para todos esses grupos a taxa é superior nos países em desenvolvimento. A prevalência da deficiência nos países de renda mais baixa entre pessoas com idades de 60 anos ou mais, por exemplo, foi de 43,4%, se comparada a 29,5% nos países com renda mais elevada (Relatório Mundial sobre deficiência, 2011).

No Brasil, a análise dos dados do IBGE (2010) retrata uma estreita relação entre deficiência, pobreza e precárias condições de vida. Na população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos uma deficiência investigada, verificou-se que: 61,10 % não tem instrução nenhuma ou possui o ensino fundamental incompleto, 14,20% tem fundamental completo e médio incompleto, 17,70% tem ensino médio completo e superior incompleto, 6,70% tem superior completo e 0,40% indeterminado. Um estudo mais recente da Pesquisa Nacional de Saúde, realizado em parceria com o IBGE (2019) demonstra que este quadro não mudou. Observa-se que a pesquisa realizada, que se dedicou a distribuição do percentual das pessoas com 18 anos ou mais com deficiência, 67,6% da população com deficiência não tem instrução e ensino fundamental incompleto, 10,8% têm ensino fundamental completo e médio incompleto, 16,6% tem ensino médio completo e superior incompleto, e 5,0% tem superior completo.

Não se pode deixar de considerar que a classe social, o local de moradia, a religião, a sexualidade, a idade, a raça, o gênero, exercem efeitos sobre os indivíduos nas diversas esferas. Nesse sentido, se insere o conceito de deficiência também sob a lente da interseccionalidade. O termo interseccionalidade, é definido por Crenshaw (2002), como as “várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e gênero” (Crenshaw, 2002, p.171). Segundo a autora existe um tipo de discriminação que tem rebatimentos em todas as esferas da vida social e laboral, que se apresenta em uma forma de subordinação diretamente relacionada às questões de gênero e raça. A “discriminação interseccional” considera que grupos sociais não são homogêneos, seja de mulheres ou negros,

existem, também, outras características e experiências pessoais presentes, tornando-os diferentes e múltiplos em suas particularidades.

A baixa escolaridade e a precariedade de vida das pessoas com deficiência são preocupação para a Organização das Nações Unidas – ONU. A agenda 2030, plano global para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações, equilibra as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A Agenda 2030 é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Gehre & Resende (2019, s/p) fazem algumas críticas à Agenda 2030 que devem ser consideradas. Os autores apontam que o “sentimento de positividade que parece nortear a Agenda 2030 e os ODS na medida em que ‘busca fortalecer a paz universal com mais liberdade’, contrasta com a realidade vivida em muitos lugares do planeta”. A falta de reconhecimento das múltiplas dimensões da pobreza e a ideia de erradicação da pobreza reduzida a uma visão econômica expressam os traços e evidências de uma visão liberal. Apesar da interseccionalidade - relacionado a temas como Gênero, Raça e Sexualidades- ser abordada, os autores criticam que as jovens e meninas em situação de vulnerabilidade não encontram eco nas metas estabelecidas globalmente.

De acordo com Dorneles (2021) entre os objetivos da Agenda 2030, o ODS 4, que versa sobre o acesso a uma educação “inclusiva, equitativa e de qualidade”, parece se apresentar como uma porta de entrada para a pauta da cultura para pessoas com deficiência, visto que, tradicionalmente, é através de diferentes iniciativas de educação formal que a maioria das crianças e jovens acessam pela primeira vez os espaços culturais dos diferentes tipos: museus, centros culturais, teatro, salas de exposição das artes visuais, cinemas, entre outros. Algumas iniciativas de ação educativa comprometidas em buscar soluções para a promoção de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência acontecem no país, ainda em uma pequena escala no contexto dos espaços culturais. Portanto, dignificar o capital cultural da população mundial das pessoas com deficiência e erradicar a pobreza são fundamentais para um mundo sustentável. É urgente que possamos romper com a existência do círculo vicioso entre a pobreza e a deficiência (Dorneles, 2021).

A Agenda 2030, em seu ODS 8, aponta também para a importância de se promover o crescimento econômico inclusivo. O que demanda a necessidade de sensibilizar os gestores de cultura no sentido de que incluam as pessoas com deficiência em suas equipes. Quem atua na pauta da acessibilidade cultural reconhece que os melhores consultores e mediadores para as ações de acessibilidade cultural nos ambientes e projetos culturais são as próprias pessoas com deficiência (Dorneles, 2021). A ampliação da participação ativa das pessoas com deficiência nos diferentes programas, projetos e ações culturais acessíveis nos últimos anos, tem provocado a construção de novos paradigmas no campo cultural, a partir da emergência de novos conceitos. É fundamental que as iniciativas de gestão e políticas culturais estejam comprometidas com a pauta anticapacitista. Para Dias (2013) “a concepção central expressa por capacitismo, pode ser associada com a produção de poder pela narrativa social, relacional com a temática do corpo e ao padrão corporal perfeito, dito normal e normativo” (Dias, 2013, p.5). Para Régis (2013, p.120) “a discriminação baseada na deficiência, decorrente da crença de que as pessoas com deficiência são inferiores”. Mello (2020, p. 99) aponta que “as lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira”; mas para isto deve-se romper com a narrativa hegemônica da deficiência como uma experiência individual que tem sido pautada pela perspectiva do modelo médico da deficiência, compreender como o processo de desenvolvimento do sistema capitalista e seus principio de competição, trabalho especializado e obtenção de lucro máximo impactam na discriminação socioeconômica como uma das principais formas de opressão das pessoas com deficiência.

As Políticas Públicas e as diversas iniciativas visando ampliar o capital cultural das pessoas com deficiência são cruciais para que os objetivos e metas da Agenda 2030 sejam alcançados e são igualmente importantes no enfrentamento das desigualdades sociais inerentes a essa população.

Com base em Bourdieu (2007) compreende-se Capital Cultural, como o conjunto das qualificações intelectuais transmitidas pela família (primário) ou produzidas pelo sistema escolar (secundário) e que existem sob três formas: o estado incorporado: sob a forma de disposições duráveis do organismo e sua acumulação está ligada ao corpo, exigindo incorporação, demandando tempo e pressupondo um longo trabalho de inculcação e assimilação; o estado objetivado: sob a forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas), transmissíveis de maneira relativamente instantânea quanto à propriedade jurídica; e o estado institucionalizado: consolidando-se nos títulos e certificados escolares que, da mesma maneira que o dinheiro, guardam relativa independência em relação ao portador do título.

Ainda com o apoio de Bourdieu, podemos pensar que no Brasil, a lei das cotas, que garante reserva de vagas nas instituições de ensino para as pessoas com deficiência, é uma iniciativa que favorece ao acúmulo do capital cultural em seu estado institucionalizado. As iniciativas de base comunitária, as culturas de bairro, por outro lado, podem estar potencialmente relacionadas aos outros dois estados do capital cultural: estado incorporado e objetivado.

As iniciativas culturais de base comunitária, como um Ponto de Cultura, podem ser a primeira oportunidade de convivência sócio cultural de pessoas com deficiência, portanto, se desde cedo as pessoas forem expostas aos ambientes culturais, o capital cultural em seu estado incorporado será favorecido, visto que a acumulação de capital cultural sob essa forma, exige uma incorporação que, pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo. As vivências culturais desde a infância são fundamentais. Há a perspectiva a longo prazo, que é geracional, quando na medida em que os pais foram desde sempre frequentadores desses espaços, tendem a levar seus filhos, sejam eles pessoas com deficiência ou não. O capital cultural no estado objetivado é o mais instantaneamente transmitido, visto que está apoiado nos suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., logo, é transmissível em sua materialidade. Os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. Logo, ao se ampliar as oportunidades de acesso a esses suportes materiais, por meio das políticas culturais de base comunitária, abarca-se a perspectiva da cidadania cultural em sua diversidade.

Acessibilidade Cultural e Cultura de Base Comunitária

Os processos de abertura política no Brasil e as conquistas da democracia potencializaram as diferentes iniciativas culturais que surgiram na periferia das cidades brasileiras, do qual tem se denominado nos últimos tempos no âmbito das políticas culturais como "cultura de base comunitária". As novas estratégias de ações ligadas aos movimentos sociais e populares e até mesmo no âmbito das políticas públicas culturais, construíram um novo olhar sobre formas de produção cultural. Observa-se no final da década de 80 e início da década de 90, o investimento em políticas de democratização cultural principalmente em gestões públicas progressistas administradas por partidos de esquerda. Entre elas a política cultural de "Descentralização da Cultura" na gestão petista de Olívio Dutra na Administração Popular na cidade de Porto Alegre bem como a perspectiva da "Cidadania Cultural" na cidade de São Paulo, sob o comando de Luiza Erundina. A ampliação de iniciativas culturais como a oferta de oficinas de artes em comunidades de periferia apontaram, como caminho possível, para o deslocamento e a emergência de novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção cultural com capacidade de organizar novos territórios. Estes territórios emergentes – em suas distintas formas de organização; de produção; de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros – vêm construindo estratégias de afirmação e resistência que, alimentadas por uma ética de solidariedade e por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos

intercâmbios de experiências com capacidade de respostas à formação de redes e de novas ações e corredores culturais (Dorneles 2011).

As Políticas de base comunitária têm o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas, tendo como protagonista a comunidade, o coletivo, as minorias culturais. Nesse sentido, Porto (2009) relata que uma política cultural de base comunitária não tem como principais destinatários artistas e produtores, mas sim, a comunidade. Do mesmo modo, é importante ressaltar que a experiência estética vivida como fruição artística potencializa novas identidades inventivas gerando agentes criativos no âmbito da cadeia cultural local (Dorneles 2001). Estes agentes atuam em diferentes áreas do fazer artístico e cultural do território e fora dele, com capacidade de intercâmbio e interlocução de trocas e formação de redes culturais a fim de constituir e participar de processos culturais mais amplos.

Com base nessas experiências de base comunitária, que o Ministério da Cultura - MinC, no Governo Lula, na gestão do Ministro Gilberto Gil, implementou o Programa Nacional de Cultura, Arte e Cidadania – “Cultura Viva” / Pontos de Cultura, instituído pelo MinC em 06 de julho de 2004 (Portaria nº 156). O Programa “Cultura Viva”, através da certificação de diferentes iniciativas de base comunitária, identificadas a partir do fomento do MinC como Pontos de Cultura, enfrentou o desafio de promover no âmbito nacional, uma ação ampla de política cultural que, amparada em pressupostos de participação e descentralização, se comprometeu a revigorar as ideias e os ideais, até então operados de modo mais local. Em 2010, fim do governo Lula, contabiliza-se o impacto do Cultura Viva com 3.500 Pontos de Cultura beneficiando mais de 8 milhões de pessoas, sendo estes em sua maioria jovens de regiões mais afastadas e vulneráveis, moradores de favelas, aldeias indígenas, quilombolas. Contabilizou cerca de 30 mil postos de trabalho em ações comunitárias que dialogam com a cultura digital, inovação e tradição cultural. Como expressão de política pública de cultura nacional de base comunitária, o Programa Cultura Viva tornou-se referência internacional que tem servido de modelo para a constituição de políticas públicas de cultura de base comunitária em diferentes países da América Latina. Em 2014, foi criada a Lei Cultura Viva (Lei 13018 de 22 de julho de 2014) institucionalizando a política cultural de base comunitária e ampliando o compromisso dos diferentes entes federados com a mesma.

No âmbito do Programa Cultura Viva, vale ressaltar diferentes ações que valorizaram o patrimônio e a memória. Além da Ação Griô que investiu na valorização dos mestres da cultura popular, a parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no reconhecimento dos Pontos de Memória, foram e têm sido campos de atuação e pesquisa da museologia social e da sociomuseologia.

Sabe-se que questões mais complexas e dependentes de iniciativas urgentes, com resultados a longo prazo, dependem de investimentos qualificados. A interseccionalidade afeta sobremaneira a população com deficiência no Brasil. Para o enfrentamento desses fenômenos sociais, defendemos que as estratégias visando o fortalecimento do capital cultural das pessoas com deficiência, sobretudo, pautadas em políticas culturais de base comunitária. É neste sentido que fazemos também um convite à sociomuseologia, que atenta às ações de base comunitárias, que atuam nos processos de emancipação e cidadania, espaços de resistência e identidade coletiva, se comprometam com a construção de uma sociedade anticapacitista.

Desafios da sociomuseologia para uma cultura anticapacitista

A Sociomuseologia visa a compreender os processos, as reflexões e as análises que permeiam as práticas da Museologia e dos museus que buscam relações de reciprocidade com a sociedade. A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica (Pasqualucci *et al*, 2022).

Acompanhando as discussões decolônias no campo da sociomuseologia, Primo e Moutinho (2021) fazem uma crítica ao projeto neoliberal e questionam o papel dos museus no mundo na desconstrução da ideologia dominante, que torna natural a desigualdade. Para os autores, é possível que os museus ou instituições do campo da museologia, comprometidos com a justiça social, sejam espaços de construção de consciência crítica provocando problematizações de dimensões sociais, políticas e culturais.

É importante compreender que o capacitismo está para as pessoas com deficiência como o racismo para as pessoas negras, o machismo para as mulheres, a LGBTfobia para as pessoas LGBTQIA+.

Se o anticapacitismo deve ser compreendido como luta contra o preconceito que sofrem as pessoas com deficiência pela cultura capacitista, a partir das reflexões decolônias apontadas por Primo e Moutinho (2021), apoiadas em Mignolo (2008) e Catherine Walsh (2013) que apostam na desobediência epistêmica, questionamos a sociomuseologia: “o que pode fazer a sociomuseologia para a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência?”

Em estudo anterior nas ações de base comunitária (Dorneles 2011) demonstra-se que as experiências estéticas desenvolvidas em espaços de acolhimento, afeto, de formação engajada e com capacidade de criação coletiva, potencializam hermenêuticas instauradoras que se traduzem em ações culturais pautadas na construção do bem comum.

Desta forma, se faz necessário que a sociomuseologia conheça e se aproprie das mais recentes discussões e novas pautas apresentadas pelas pessoas com deficiência, tais como: “capacitismo”, “teoria *Crip*”, e abordagem da “PesquisarCOM”, que tem nos provocado a dialogar com novas perspectivas epistemológicas.

A Teoria *Crip* é proposta por Robert McRuer (2006) a partir dos pressupostos da Teoria Queer. Ambas questionam, criticam e provocam ao mesmo tempo, os mecanismos socioculturais de poder, que conformam e compartilham sua posição radical frente aos conceitos de normalidade e à obrigação de seguir as regras da heteronormatividade e integridade corporal compulsória (Kolárová, 2010). Do inglês *cripple*, que significa aleijado, o termo *crip*, não é mais restrito às pessoas com deficiência física. Atualmente, abrange, também, as deficiências sensoriais e intelectual, e pode ser também um posicionamento político (como o uso do termo Queer) por pessoas sem deficiência (Miskolci, 2016). As questões em busca de “aleijar o mundo” têm se baseado em referenciais teóricos importantes como Butler, Haraway, Braidotti entre outros, buscando romper com binarismos culturais e politicamente hierarquizados, e, ao contrário disto, propõe a compreensão da vida de forma relacional, não unitárias e de enfoque antiessencialista. A perspectiva da teoria *Crip* é trazer à visibilidade às identidades dissidentes, questionar as bases do patriarcado e do capitalismo, aos quais atuam na perspectiva da corponormatividade, implicando na desnaturalização das identidades (Haraway, 2009).

Como apontam, Magnabosco e Souza (2019) a Teoria *Crip* tem um posicionamento mais radical e contestatório, pois se revela identitária ao afirmar a deficiência com objetivo de fortalecer e reconhecer as lutas políticas da categoria pela ampliação de seus direitos, mas é também simultaneamente contra-identitária pois, recusa-se e se engessa em limites e definições pré-estabelecidas. É neste sentido, que o primeiro princípio da Teoria *Crip* apresentado por McRuer (2006) é a busca de conexões com outras formas de sofrimento, sem deixar de abordar a deficiência. O segundo é a reivindicação da condição dissidente, assim como na perspectiva Queer - de composição de uma coletividade, em uma ação política. O terceiro princípio parte desde uma visão que inclui as questões das acessibilidades, até mesmo uma visão mais global, que aponta para o combate ao neoliberalismo e seus impactos em relação à redistribuição de renda. O quarto princípio é a premissa de que um mundo com deficiência é possível e desejável e se faz necessário “aleijar” os movimentos que não consideram a deficiência, através de seus silenciamentos e propagação de ideias normalizantes. E por fim, como quinto princípio, questionar as concepções e a materialização em esferas públicas e privadas das culturas capacitistas e das deficiências.

No encontro com pessoas com deficiência, não raro, nos deparamos com a narrativa da falta e do déficit, ou com a ideia de que existem heróis e heroínas, que superaram seus limites e vivem bem com a deficiência. Ambas as concepções são marcas do capacitismo, que é o preconceito contra pessoas com deficiência, ou seja, quando se considera uma pessoa inferior porque ela tem uma deficiência ou exalta-se sua capacidade de superação. O capacitismo, assim como o racismo e o machismo, ao mesmo tempo em que aparece em nossas ações e pensamentos singulares, também estrutura a nossa sociedade. Ao compreender que a falta e o déficit não estão nas pessoas com deficiência, mas sim no ambiente no qual vivemos, deslocamos a noção de deficiência. Compreender isso, entretanto, não retira de nós as responsabilidades singulares de mudar nossas ações e práticas cotidianamente, mas permite perceber que se quisermos viver numa sociedade mais justa, ela precisa ser mais acessível, assim, é nossa tarefa nos engajar também nessa luta. É preciso pensarmos e buscarmos estratégias considerando que somos subjetivados numa sociedade capacitista, quer dizer, uma sociedade que não prevê a presença de pessoas com deficiência nos espaços nos quais circulamos (Silveira, 2022). Desta forma, se faz necessário um maior compromisso com a visão anticapacitista; isto requer situar a deficiência na perspectiva interseccional; atuar no processo emancipatório do lugar da pessoa com deficiência nas lutas anticapacitistas; fortalecer as trajetórias de lutas por reconhecimento das pessoas com deficiência e por políticas sociais.

No que diz respeito às pesquisas com pessoas com deficiência, a chamada “pesquisaCOM”, tem nos convocado a atenção de uma metodologia implicada na ideia de que o outro exige que sejamos dignos do trabalho que fazemos juntos, COM eles e não SOBRE eles (Moraes, 2010). Ou seja, dentro de um paradigma emancipatório, que tem como finalidade principal fazer a pesquisa ser socialmente relevante para a vida das pessoas com deficiência, potencializando a sua capacidade de agência. Deve-se ter disponibilidade para escutar essas histórias, considerando as experiências das pessoas com deficiência, levando em conta o referencial do outro. Os encontros mistos implicam riscos, nos colocam – a todos e todas, pessoas com e sem deficiência – nos riscos de não saber ao certo o que fazer para lidar com as diferenças que nos articulam, por outro lado, eles também nos ofertam a possibilidade de nos refazer das concepções pré-concebidas de deficiência (Alves, 2018; Moraes, 2018; Silveira, 2022).

Nessa perspectiva, em todos os projetos é preciso haver disposição para incluir as pessoas com deficiência no planejamento; criar espaços de avaliação das ações de acessibilidade; partilhar histórias e experiências com as pessoas com deficiência. Estas devem ser incluídas nos projetos como consultores, pois somente elas podem falar sobre a efetividade das ações propostas e como melhorar a experiência cultural. É necessário agir de forma comprometida com o lema das pessoas com deficiência “Nada sobre Nós sem Nós”.

Considerações finais

A partir das reflexões propostas, buscou-se abordar as possibilidades e contribuições da sociomuseologia na elaboração das políticas públicas culturais de acessibilidade cultural de base comunitária. Partiu-se da premissa de que o fortalecimento das estratégias no sentido de promover o acúmulo do capital cultural das pessoas com deficiência pode desempenhar um papel fundamental na compreensão e promoção da cidadania cultural dessa população. Nesse sentido, as iniciativas de base comunitária nos parecem fundamentais. Ao considerar o capital cultural, que compreende os recursos culturais acumulados por indivíduos e grupos, a sociomuseologia pode buscar reconhecer e valorizar as diferentes bagagens culturais trazidas pelos diversos públicos. Por outro lado, ao incorporar as novas discussões do campo, que trazem a questão da interseccionalidade, do capacitismo, das teorias *Queer* e *Crip* e da PesquisaCom, a Sociomuseologia se mostra comprometida com os novos desafios e lutas das pessoas com deficiência.

Desta forma, entre os desafios da pauta da acessibilidade cultural em diálogo com práticas sociomuseológicas é importante repensar de que forma atuar na construção de novas

narrativas, auxiliando na consolidação de uma sociedade anticapacitista. Mapear e fazer a busca ativa de pessoas com deficiência em ações culturais de base comunitária se tornam fundamentais para que outras histórias dos territórios possam ser contadas a partir de outras perspectivas. Valorizar a presença das pessoas com deficiência é provocar a vida em permanente experiência de diversidade. Atuar de forma crítica a perspectiva dos corpos normativos e agenciar ações culturais a favor do “aleijamento do mundo” é se comprometer com a construção de novas concepções culturais. Ampliar o protagonismo das pessoas com deficiência como agentes culturais de seus territórios é qualificar o capital cultural de uma sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

- Alves, C. A.; Moraes, M. Entre Histórias e Mediações: um Caminho para Acessibilidade Estética em Espaços Culturais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 584-594, 2018.
- Aranha, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, DF, ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.
- Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Crenshaw, K. W. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, 2002, p. 171-188.
- Dias, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal: a narrativa capacitista social. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – **SEDPcD/ Diversitas/USP Legal** – São Paulo, junho/2013.
- Dorneles, P. S.; Carvalho, C. R. A. de; Silva, A. C. C., Mefano, V. Do direito cultural das pessoas com deficiência. **Rev Polit Públicas**. v. 22, n.1, p. 139-56. 2018.
- Gehre, T.; Resende, Y. Representações e realidades sobre a Agenda 2030: analisando criticamente o ODS 1. **Revista Mundorama**, 2019.
- Goffman, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Gomes, R. B et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, 2019.
- Haraway, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D. J.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano** Trad. de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-118.
- Kolárová, K. “Performing the Pain: Opening the (Crip) Body for (Queer) Pleasures. **Review of Disability Studies**, v.6, p. 44-52, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde : 2019 : ciclos de vida : Brasil / IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. 139p. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acessado em: 07/08/2023.
- Leão, T. M.; Lima, I. M. S. O. Direito sanitária e pessoa com deficiência: uma análise da rede de proteção normativa à saúde no Brasil. In: LIMA, I. M. S. O; PINTO, I. C. de M.; PEREIRA, S. de O. (Org.). **Políticas Públicas e Pessoa com Deficiência**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- Macagnan, S. dos S. de M.; Buzin, K. dos S. de M.; Tureck, L. T. Z. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LUTA PELA DESCONSTRUÇÃO CULTURAL: EM FOCO A INCLUSÃO SOCIAL. **Revista da Faculdade de Educação, [S. l.]**, v. 36, n. 2, p. 159–178, 2022.
- Magnabosco, M. de B.; Souza, L. L. de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e 56147, 2019.
- Mello, A. G., Corpos (in) capazes. A crítica marxista da deficiência. As lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira. **Revista Jacobin**,. 99-103,2020.

- Miskolci, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Moraes, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: Moraes, M. e Kastrup, V. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- Mcruer, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. Nova Iorque: New York University Press, 2006.
- Pasqualucci, L. et al . Sociomuseologia, Diversidade e Educação: **e-Curriculum**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 319-346, jan. 2022 .
- Porto, M. **Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- Relatório mundial sobre a deficiência. Tradução Lexicus. **Serviços Lingüísticos**. São Paulo: SEDPCD, 2012. 334 p.
- Régis, H.C.B. **Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.